II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 3

ST3 PARTIDOS, ESTADO E SOCIEDADE: disputas Político-Institucionais na conjuntura Democrática (1945-1964)

COORDENADO POR


Herbert Gler M. dos Anjos

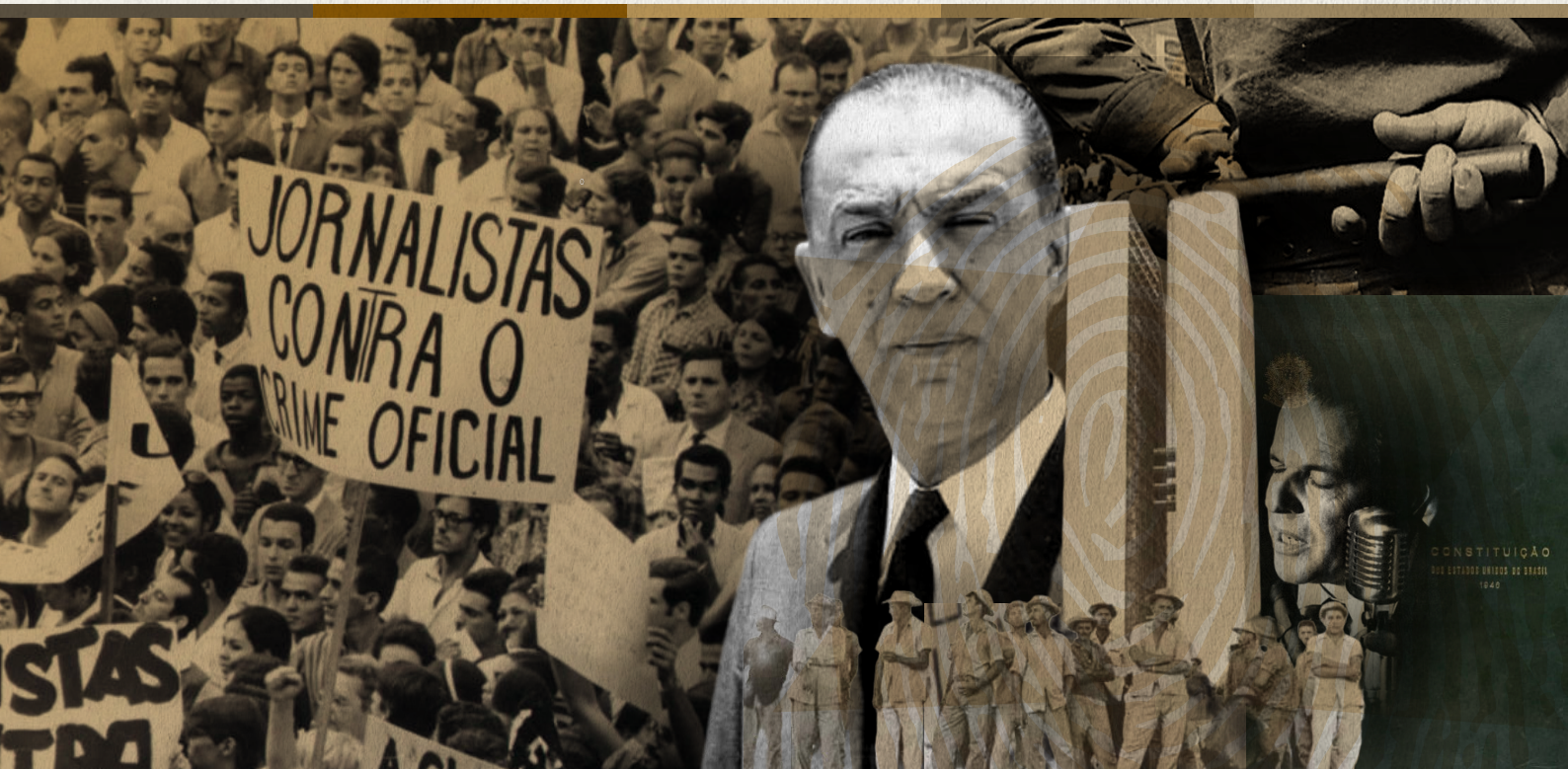

Milene do Carmo Gomes


Samuel D. R. Santos

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

PARTIDOS, ESTADO E SOCIEDADE:

disputas político-institucionais na conjuntura Democrática (1945-1964)

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Herbert Gler Mendes dos Anjos
Doutor em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). herbertglermendes@gmail.com

Milene do Carmo Gomes
Mestranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). milenegomes645@gmail.com

Samuel Davi Rocha Santos
Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). samuel-rocha1999@hotmail.com

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Democracia e crise política no pensamento de Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos (1954-1962)	8h10
2	As eleições presidenciais de 1960 e a política externa como objeto de disputa	8h25
3	Antônio Balbino e a disputa pelo Governo da Bahia: eleições, alianças e trabalhismo em 1954	8h40
4	O projeto integralista de elites dirigentes: o Movimento Águia Branca (1952-1965)	8h55
5	Projetos e política em disputa: o código eleitoral de 1945 e a reorganização das estruturas partidárias	9h10
6	A experiência democrática e o trabalhismo na "Manchester Mineira": análise do PTB na Câmara Municipal de Juiz de Fora	9h25
7	Redes intelectuais, capital simbólico e circulação de ideias: Eugênio Gudin e a construção da legitimidade do neoliberalismo no Brasil (c. 1940-1960)	9h40
8	Os anos 1960 na visão do udenista Oscar Dias Corrêa: do combate a Goulart aos embates com a "Revolução" (1961-1967)	9h55
9	Nas páginas da democracia: entre a emancipação e a moral, ser mulher no Tribuna Popular (1945)	10h10
10	"Vocês que fazem parte desta massa": o sindicalismo rural brasileiro, a Fetag-PB e as lutas do povo do campo em solo paraibano	10h25
11	Entre Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Harold Laski: a construção do socialismo democrático de Roberto Silveira (1947-8)	10h40
12	Atuação política e intelectual de Josué de Castro para uma Reforma Agrária no Brasil (1959-1965)	10h55
13	Uma outra "experiência democrática" dos "anos dourados": as escrevivências na literatura de Carolina Maria de Jesus (1955-1961)	11h25

O projeto integralista de elites dirigentes:
o Movimento Águia Branca (1952-1965)

Milene do Carmo Gomes[1]

Partindo da noção de culturas políticas, o objetivo desta comunicação é investigar e problematizar o projeto político integralista no período republicano, entre 1945 e 1965, especialmente no que concerne à formação de elites dirigentes. O principal objeto empírico da análise é o Movimento Águia Branca, movimento político-cultural vinculado ao integralismo que promoveu a criação de Centros Culturais da Juventude em diferentes regiões do Brasil. A partir desse espaço de formação e mobilização política, busca-se compreender como a juventude foi construída como categoria política e geracional e, simultaneamente, como foi concebida sua preparação para a atuação na vida pública. Tenciona-se, assim, investigar quais valores, atributos e competências eram associados à formação dos sujeitos considerados aptos a exercer funções de liderança e representação da coletividade. A análise parte da hipótese de que a reorganização integralista no pós-1945 não implicou o abandono de concepções hierárquicas de organização social e política, mas sua reelaboração diante das exigências do novo contexto republicano e da atuação partidária por meio do Partido de Representação Popular (PRP). Nesse processo, categorias como autoridade, ordem, representação, democracia, formação e juventude assumiram sentidos específicos e foram articuladas na elaboração de um projeto político que atribuía às elites dirigentes papel central na condução da sociedade. Logo, busca-se compreender de que maneira a defesa da representação política e da participação no regime democrático coexistiu com uma concepção de liderança fundada na formação moral, intelectual e doutrinária de determinados sujeitos. Para isso, serão analisados documentos produzidos pelo Movimento Águia Branca e pelos Centros Culturais da Juventude, articulados a discursos oficiais, documentos partidários e à imprensa integralista. Busca-se, por meio dessa documentação, apreender as práticas de mobilização juvenil e as representações de sociedade, política e liderança que as orientavam. Desse modo, a comunicação pretende problematizar os sentidos atribuídos à democracia pelo integralismo no pós-1945, evidenciando as tensões entre representação e hierarquia, participação e autoridade, bem como o lugar atribuído à formação de elites dirigentes em seu projeto de reorganização política. A partir da perspectiva das culturas políticas, busca-se, portanto, compreender como representações, valores e vocabulários políticos foram articulados na construção de um ideal de liderança, permitindo apreender os sentidos e as disputas em torno da formação política dos sujeitos destinados a ocupar posições de direção na sociedade.

Palavras-chave: Elites; Movimento Águia Branca; PRP.

[1] Coordenadora do ST3. Mestranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). milenegomes645@gmail.com

Os anos 1960 na visão do udenista Oscar Dias Corrêa:
do combate a Goulart aos embates com a "Revolução" (1961-1967)

Samuel Davi Rocha Santos[2]

A presente pesquisa analisa a atuação e o pensamento político do udenista mineiro Oscar Dias Corrêa na conjuntura política brasileira da década de 1960, particularmente entre a posse de João Goulart, em 1961, e os primeiros anos da ditadura militar. A pesquisa utiliza como fontes os discursos parlamentares de Oscar Dias Corrêa registrados no Diário do Congresso Nacional, bem como seus depoimentos e memórias produzidos posteriormente. A metodologia encontra-se ancorada na análise de discurso e na análise das memórias. Deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), Corrêa destacou-se como opositor ao governo Goulart, assumindo posições críticas em relação ao trabalhismo, à atuação dos movimentos sindicais e à presença das esquerdas na política nacional. Diante da crescente radicalização política, utilizando-se de uma retórica que combina o anticomunismo e centralidade do Parlamento, Corrêa apoiou o golpe civil-militar que depôs João Goulart.Entretanto, seu posicionamento diante do novo regime não permaneceu marcado por uma adesão irrestrita. O avanço do autoritarismo e, particularmente, a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em outubro de 1965, contribuíram para o surgimento de divergências entre o parlamentar mineiro e o governo de Castelo Branco. Em suas memórias, Oscar afirma que a "Revolução" o expulsou da vida pública, tendo em vista que, diante dos embates com o Executivo, Oscar não mais se apresenta como candidato ao Parlamento, encerrando sua atuação enquanto deputado federal no ano de 1967.

Palavras-chave: Oscar Dias Corrêa; UDN; Parlamento; História Política

[2] Coordenador do ST3. Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). samuel-rocha1999@hotmail.com

Democracia e crise política no pensamento de Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos (1954-1962)

Cairo de Souza Barbosa [3]

Esta comunicação analisa duas interpretações dos dilemas da democracia brasileira no período anterior ao golpe de 1964: Existe uma crise da democracia no Brasil?, de Florestan Fernandes (1954), e Quem dará o golpe no Brasil?, de Wanderley Guilherme dos Santos (1962). O objetivo é compreender como esses autores diagnosticaram a intensificação dos conflitos políticos e sociais entre as décadas de 1950 e 1960 e quais respostas formularam diante desse cenário. Ancorado nos pressupostos de uma história intelectual renovada, argumenta-se que as interpretações de Florestan e Wanderley repercutem tanto as tradições teóricas e ideológicas às quais se filiavam quanto as amplas transformações do espaço de experiência da política na República de 1946. Embora apresentem diagnósticos distintos sobre a crise em curso, ambos atribuem centralidade ao horizonte de expectativas relacionado à (não) permanência da democracia brasileira.

Palavras-chave: Pensamento político brasileiro; democracia; Florestan Fernandes; Wanderley Guilherme dos Santos.

[3] Doutor em História Social da Cultura (PUC-Rio), professor substituto na UFF e pós-doutorando no IESP-UERJ. cairosbarbosa@gmail.com

As eleições presidenciais de 1960 e a política externa como objeto de disputa

Mateus José da Silva Santos[4]

As eleições presidenciais de 1960 foram marcadas por um intenso debate político envolvendo os rumos de uma sociedade em transformação durante os últimos anos da experiência democrática brasileira. Em meio a um processo de mudança das principais características do sistema político-partidário emergente ao fim do Estado Novo, o pleito em questão assumiu um papel importante diante de uma série de agendas consideradas estratégicas frente aos imperativos de enfrentamento da crise do desenvolvimentismo, atendimento às demandas por reforma social e outras questões tradicionais, a exemplo da segurança nacional. Nesse contexto, a política externa ocupou um espaço relevante dentro das movimentações dos principais candidatos à presidência. Diante de um processo de campanha relativamente antecipado, as perspectivas sobre o lugar a ser ocupado pelo Brasil diante de uma arquitetura internacional em transformação ganharam notoriedade a partir da viagem de Jânio Quadros no primeiro semestre de 1959. Reunindo diferentes experiências na África, Ásia e Europa Oriental, a ação externa do ex-governador de São Paulo se tornou objeto de inquietação no ambiente político doméstico, elevando as expectativas sobre os contornos de seu anunciado projeto de uma política externa vista como independente. Além disso, seu interesse pelo Terceiro Mundo projetou uma série de referenciais sobre suas posições frente a temas diversos, inclusive em questões que lhe faziam interagir direta ou indiretamente com as rotulações nacionalistas ou "entreguistas". Com base nisso, essa comunicação reconstitui a construção da candidatura de Jânio Quadros e sua interação com os desafios de reposicionamento global do Brasil. Por meio das contribuições de Patrick Charaudeau sobre a análise do discurso político, propõe-se uma avaliação de um corpus documental heterogêneo (jornais da grande imprensa carioca, semanários políticos, boletins da cia, obras de época, etc...) sobre a participação janista nas eleições, tendo como ponto de partida o reconhecimento da importância desse processo de elevação da politização sobre a política externa para a conformação de um ambiente plural de discussão sobre os rumos das mudanças empreendidas a partir de 1961.

Palavras-chave: Eleições de 1960; Jânio Quadros; Política Externa Independente ST Preferencial: 3 – Partidos, Estado e Sociedade

[4] Doutor em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). mateus_santos29@hotmail.com

Antônio Balbino e a disputa pelo Governo da Bahia:
eleições, alianças e trabalhismo em 1954

Hebert Santos Oliveira [5]

Este artigo analisa a campanha eleitoral de Antônio Balbino para o Governo da Bahia em 1954, buscando compreender as articulações políticas, partidárias e simbólicas que contribuíram para sua vitória sobre Pedro Calmon. A análise parte da compreensão de que o pleito ocorreu em uma conjuntura marcada pela crise do segundo governo de Getúlio Vargas, pelo suicídio do presidente e pela disputa em torno da apropriação de seu legado político na Bahia. Nesse contexto, examina-se a formação da Frente Trabalhista Democrática, as tensões internas do PTB baiano, especialmente entre Antônio Balbino e Landulfo Alves, e as alianças estabelecidas com diferentes grupos e lideranças, entre elas João Goulart e Juracy Magalhães. A pesquisa também investiga as estratégias utilizadas na construção da imagem de Balbino como candidato identificado com os trabalhadores e, simultaneamente, comprometido com o desenvolvimento econômico e a iniciativa privada. Para interpretar esse processo, mobiliza-se a noção de campo político e capital político de Pierre Bourdieu, compreendendo a campanha como espaço de disputa pela acumulação, reconhecimento e conversão de diferentes recursos políticos em legitimidade eleitoral. A partir de fontes jornalísticas e iconográficas, argumenta-se que a vitória de Balbino resultou da articulação entre capital político pessoal, partidário, relacional e simbólico, especialmente da apropriação da memória de Vargas, convertidos em reconhecimento eleitoral. Conclui-se que a eleição de 1954 representou uma inflexão na política baiana, marcada pela crescente centralidade do desenvolvimentismo e da questão social, sem, contudo, romper com os interesses das elites políticas e econômicas estaduais.

Palavras-chave: Antônio; PTB baiano; Eleições de 1954 INTRODUÇÃO

[5] Doutorando em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em História Social, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do ensino fundamental (SEMEC, Tapiramutá-BA). oliveirahebert1@gmail.com

Projetos e política em disputa:
o código eleitoral de 1945 e a reorganização das estruturas partidárias

Rafael Navarro Costa [6]

Com o fim do Estado Novo e a democratização do país cada vez mais em evidência, a partir de 1942 o grupo político liderado por Vargas passa a pensar sobre os projetos e modelos políticos capazes de minimizar sua perda de influência e poder. Assim, o código eleitoral de 1945, também conhecido como "Lei Agamenom" teve papel de destaque na articulação e negociação política entre o fim do Estado Novo e o início de nossa experiência democrática, com importantes aliados de Getúlio Vargas sendo os responsáveis pela preparação desse documento. A mudança mais debatida pela historiografia é a reorganização dos partidos políticos na década de 1940, tendo como destaque o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Nesse artigo, analisaremos a relação entre as regras eleitorais criadas pelo Código Eleitoral de 1945 e a formação dos partidos políticos de base nacional, sobretudo pensando em como esses partidos precisaram se organizar estruturalmente de forma interna, uma vez que encontravam agora um novo cenário no campo político e eleitoral a partir de 1945.

Palavras-chave: Código Eleitoral de 1945; Partidos Políticos; Campanha e propaganda política;

[6] Doutor em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). rafanavarrocosta@gmail.com

A experiência democrática e o trabalhismo na "Manchester Mineira": *análise do PTB na Câmara Municipal de Juiz de Fora*

Isabela Ferreira Oliveira [7]

Na historiografia, compreende-se o período de 1945-1964 como uma das mais consolidadas experiências democráticas do Brasil republicano. Entre elementos como a diminuição do controle de grupos políticos sobre o voto e o sistema partidário nacional, foi consolidada uma nova "cultura política" no Brasil, marcada por uma participação popular na política jamais antes vista. Tal fator suscitou uma ampla agência dos recém-nascidos partidos políticos em embates eleitorais e na defesa ideológica de diferentes projetos para o Brasil. A criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), materializado como plano político-partidário do trabalhismo, se insere nesse contexto. O objetivo desta comunicação é apresentar parte da pesquisa de dissertação da autora, que busca investigar como o PTB se desenvolveu em Juiz de Fora, cidade conhecida como a "Manchester Mineira" da industrialização e de população fortemente operária. Tendo como fonte principal as Atas de Reuniões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, busca-se analisar como os vereadores do PTB se apresentavam naquele espaço deliberativo como continuístas da luta dos trabalhadores, em compromisso com a herança política de Getúlio Vargas e, aos poucos, também em pró de um projeto reformista para o Brasil alinhado à figuras como João Goulart, Leonel Brizola, San Tiago Dantas. Almeja-se, ainda, demonstrar como a defesa desse projeto foi bruscamente interrompida com o golpe civil-militar de 1964 e a perseguição, prisão e cassação de vereadores e deputados do PTB, o fim do partido pelo AI-2 e a transformação de Juiz de Fora em um polo central de repressão política da ditadura.

Palavras-chave: experiência democrática; PTB; trabalhismo; Juiz de Fora; golpe.

[7] Mestranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). isafoliveira182@gmail.com

Redes intelectuais, capital simbólico e circulação de ideias:
Eugênio Gudin e a construção da legitimidade do neoliberalismo no Brasil (c. 1940-1960)

Vítor Francisco Casagranda Zanella [8]

O neoliberalismo, segundo a definição de Dardot e Laval (2016), deve ser interpretado para além de uma doutrina econômica ou uma ideologia política; trata-se da inauguração de uma nova racionalidade, cujas principais características incluem a generalização da concorrência, a necessidade de desenvolvimento do capital humano e a redefinição do Estado como um impulsionador e garantidor jurídico da iniciativa privada. Quanto à história do neoliberalismo, uma historiografia tradicional consolidou o Chile da década de 1970 como "laboratório" do programa neoliberal. Posteriormente, o sucesso da aplicação do modelo pelos governos Thatcher e Reagan teria impulsionado a "exportação" desse ideário para o Brasil durante a década de 1990. Um levantamento bibliográfico parcial, entretanto, demonstrou que o debate sobre o neoliberalismo no Brasil já se fazia presente pelo menos desde a década de 1940 (Borges, 1996; Bielschowsky, 2004), sobretudo por meio da atuação do economista Eugênio Gudin (1886-1986). Este trabalho, recorte de uma pesquisa mais ampla, busca destrinchar o papel de Gudin na recepção e ressignificação à realidade brasileira dos debates sobre o neoliberalismo, a partir da circulação do autor em redes intelectuais entre as décadas de 1940 e 1960. Os referenciais teórico-metodológicos utilizados provêm de estudos do campo da teoria das elites, com ênfase na leitura e análise de produções acadêmicas de Maria Rita Loureiro e Pierre Bourdieu. As fontes consultadas incluem diferentes materiais para reconstruir essas redes intelectuais, tais como as próprias obras de Eugênio Gudin, jornais e biografias sobre o economista. De forma preliminar, pode-se apontar que Gudin desempenhou um papel ativo na legitimação das ideias neoliberais entre as elites dirigentes brasileiras. Assim, o recorte apresentado evidencia tanto as estratégias do economista para mobilizar seus capitais e convertê-los em poder simbólico, favorecendo a circulação do pensamento neoliberal entre diferentes espaços, quanto a necessidade de se revisar a cronologia do neoliberalismo consolidada na historiografia brasileira. Como resultado desse estudo, produziu-se um esboço de uma rede, através do software Pajek, contendo os principais espaços de atuação e circulação dos quais Eugênio Gudin participou durante o recorte temporal estabelecido.

Palavras-chave: Eugênio Gudin; Neoliberalismo; Redes intelectuais.

[8] Graduando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). vitorfzanella@gmail.com

Nas páginas da democracia:
entre a emancipação e a moral, ser mulher no Tribuna Popular (1945)

Danyele Nayara Santos Dias[9]

Durante a redemocratização brasileira de 1945 e a breve legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB), o Tribuna Popular, órgão de imprensa do partido publicado entre 1945 e 1948, consolidou-se como importante instrumento de difusão de projetos políticos e de intervenção no debate público. Resultante de pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em História Social, este trabalho investiga como o periódico participou da construção de representações sobre a participação feminina naquele contexto. Busca-se responder ao seguinte problema: como o Tribuna Popular elaborou modelos de feminilidade e definiu formas consideradas legítimas de inserção das mulheres na vida política e social brasileira? Parte-se da hipótese de que, ao mesmo tempo em que ampliava a visibilidade de trabalhadoras, militantes, intelectuais, mães e demais personagens femininas na esfera pública, o jornal estabelecia parâmetros morais e políticos que delimitavam comportamentos considerados adequados ao projeto democrático defendido pelo PCB. O estudo tem como principal fonte o Tribuna Popular e analisa reportagens, editoriais, discursos de Luís Carlos Prestes, campanhas de alfabetização, notícias internacionais, fotografias, anúncios, colunas de comportamento e notas cotidianas. Metodologicamente, adota-se a perspectiva proposta por Cruz e Peixoto (2007) para o tratamento da imprensa, considerando o periódico em sua materialidade editorial, projeto gráfico, campanhas, temas priorizados e formas de intervenção na agenda pública. Argumenta-se que o jornal não apenas ampliou a presença das mulheres nos debates sobre cidadania, trabalho e participação política, mas também participou da elaboração de referências normativas acerca dos papéis femininos no Brasil do pós-guerra. O trabalho busca contribuir para os debates sobre História das Mulheres, Cultura Política e História da Imprensa.

Palavras-chave: Mulheres; Imprensa Comunista; Cultura Política; Tribuna Popular, PCB.

[9] Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). danyele.dias@educacao.mg.gov.br

"Vocês que fazem parte desta massa":
o sindicalismo rural brasileiro, a Fetag-PB e as lutas do povo do campo em solo paraibano

Jamily Santos Pereira [10]

A quadra histórica anterior ao Golpe Militar de 1964 é reconhecida, em conformidade com os historiadores do Brasil Contemporâneo, como um período de transformações sociais peremptórias, sobretudo quando consideramos a intensa mobilização popular no que respeita às classes subalternas brasileiras. Em se tratando da realidade dos sujeitos do campo, a Conjuntura Democrática (1945-1964) suscitou variados processos de organização das lutas camponesas que buscavam, em suma, promover modificações na estrutura fundiária do país, a qual era marcada por um acesso desigual à terra, e pleitear uma efetiva reforma agrária em solo nacional. Nesse ínterim, cabe destacar o surgimento, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade sindical constituída para conquistar e salvaguardar os direitos dos trabalhadores rurais agricultores familiares, em especial. Tal entidade, ao consolidar-se enquanto partícipe efetiva das movimentações campesinas pátrias, passa a expandir-se ao longo do território brasileiro, engendrando a criação de núcleos estaduais, os quais traduzem-se nas Federações, a exemplo da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba (Fetag-PB). Consolidada ainda no ano supracitado, a Fetag-PB, sediada nas cidades de João Pessoa e Patos, além de possuir base territorial em outros municípios paraibanos, é simbólica do alicerçamento do sindicalismo rural na Paraíba, coexistindo à época, inclusive, com as Ligas Camponesas, precisamente aquela localizada em Sapé. Cumpre salientar, a título de citação, que a existência da Contag relaciona-se com a tentativa de combate à influência das referidas Ligas quanto ao movimento campesino. A fim de compreender de que maneira se deu a atuação da respectiva entidade no que concerne às lutas e movimentações do povo do campo em território paraibano, serão mobilizados os contributos dos estudiosos Antônio Carlos Montenegro (2003), Leonilde Servolo de Medeiros (2001) e Marco Antonio dos Santos Teixeira (2018). Quanto à metodologia, utilizar-se-ão os subsídios intelectuais da História Social das Propriedades e da História Agrária, simbolizados pelas teorias de Maria Linhares (1979), Márcia Motta (2014), Maria Sarita Mota, Maria Verónica e Cristiano Cristillino (2023).

Palavras-chave: Sindicalismo Rural; Reforma Agrária; Contag; Fetag-PB.

[10] Graduanda, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CFP). jamipereiracz4@gmail.com

Entre Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Harold Laski:
a construção do socialismo democrático de Roberto Silveira (1947-8)

Felipe da Silva Barbosa [11]

O fim do Estado Novo em 1945 levou à reorganização das forças políticas e à formação de novos partidos. Organizados nacionalmente, esses partidos buscavam expressar correntes de pensamento e filiações políticas forjadas durante os anos de governo de Getúlio Vargas, tornando-o o principal elemento de clivagem entre essas organizações. PSD, UDN, PTB, PCB e os demais partidos se relacionavam, portanto, com esse passado, o que pode ser atestado por suas atuações durante o período democrático. Considerando esse contexto, a presente comunicação propõe uma análise das formulações políticas e intelectuais de Roberto Silveira como expressão singular do pensamento e da identidade trabalhista contida no PTB.

Roberto Silveira foi eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1946, aos 23 anos, e, a partir de então, teve uma expressiva carreira política, alcançando, em 1958, o cargo de governador do estado. Sua trajetória política é marcada por episódios simbólicos que o notabilizaram como importante quadro petebista. Além dessa dimensão de suas atividades, a proposta busca avaliar sua atuação nas tribunas da Assembleia e na organização do partido. Para isso, são observadas suas intervenções como deputado, sua penetração no diretório petebista e, em especial, seus esforços doutrinários expressos na publicação de panfletos e em cartas privadas motivadas por esses temas. Ao fim, pretende-se identificar os termos pelos quais Roberto Silveira define o trabalhismo, associando-o ao socialismo democrático e estabelecendo diálogos diretos com sujeitos como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Harold Laski.

Palavras-chave: Trabalhismo; Socialismo democrático; Roberto Silveira; PTB; Experiência democrática.

[11] Doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). felipe.barbosa@ufrj.br

Atuação política e intelectual de Josué de Castro para uma Reforma Agrária no Brasil (1959-1965)

Gustavo Rollnic D'Amorim[12]

Josué de Castro denunciou firmemente o abandono do Nordeste em detrimento da região Sul e as estruturas agrárias arcaicas, responsável pela miséria, desigualdade social, fome e carestia de vida. Enquanto atuava como Embaixador do Brasil na ONU entre 1962 e 1964, Castro escreveu o livro Sete Palmos de Terra e um Caixão para os leitores estadunidenses. Nele, argumentou que o Brasil havia sido "descoberto" duas vezes. A primeira em 1500 pelos portugueses e a segunda em 1960, pelos norte-americanos. Apresentou sua visão acerca da colonização, de como se organizou a estrutura agrária do Nordeste brasileiro, se posicionou politicamente diante da conjuntura nacional e defendeu as Ligas Camponesas. Desmistificou os "perigos" de uma revolução comunista iminente que eram divulgados pela imprensa estadunidense. Foram realizados entrecruzamentos em relação aos argumentos de Castro em Sete Palmos e um de seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados acerca do subdesenvolvimento da região. Ainda no final da década de 1950, o renomado médico e geógrafo apresentou dois projetos para a desapropriação de terras por interesse social. O Projeto de Lei nº 11/1959 foi uma modificação do PL 3.406-D-53, apresentado pelo Poder Executivo, que tramitava no Senado Federal para aprovação. Apenas o artigo que indicava a indenização baseada no valor fiscal declarado pelo proprietário foi apontado pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça como relevante e que apresentava inconstitucionalidade. Este projeto foi emendado pelo então vice-presidente desta mesma comissão, San Tiago Dantas. Já o PL nº 442/1959 dispunha sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para o cultivo de lavouras de subsistência. No título, um projeto de política alimentar e saúde pública. No seu artigo 3º, estava a desapropriação. No Parlamento Nacional predominavam os latifundiários e seus defensores. Com estes dois projetos, o deputado tentou driblar os aparelhos que travavam as tramitações de projetos de lei para uma Reforma Agrária. As articulações político-partidárias de Castro enquanto Deputado Federal pelo PTB - PE ainda se apresentam tímidas na historiografia e este trabalho oferece uma nova contribuição no campo. Este é um recorte de um dos capítulos da dissertação de mestrado do autor, com algumas alterações adaptativas.

Palavras-chave: Josué de Castro; Reforma Agrária; História Política.

[12] Mestre, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). gustavorollnic@gmail.com

Uma outra "experiência democrática" dos "anos dourados":
as escrevivências na literatura de Carolina Maria de Jesus (1955-1961)

João Paulo de Souza [13]

Escritos principalmente entre o período de 1955 a 1961, a literatura de Carolina Maria de Jesus transcorre um período específico da história do Brasil: os chamados "anos dourados". Este período, tido como "experiência democrática", é marcado por grande desenvolvimentismo econômico, tecnológico e industrial, mas com um ideal de "modernidade", que intensifica as desigualdades e marcadores sociais — sejam elas de raça, gênero ou classe. Assim, esta pesquisa busca analisar como a vida e a obra literária de Carolina Maria de Jesus se contrapunha ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, e possibilita montar um panorama do lugar em que sujeitos negros e pobres ocupavam na década de 50, que não se encaixava naquela "modernidade". Partindo das percepções dos "anos dourados" de Vânia Moreira (2008) e do desenvolvimentismo de João de Mello e Fernando Novais (1998), das análises de Carla Pinsky (2014) sobre as mulheres nos dourados; e da perspectiva de gênero, raça e classe na década de 60 de Lélia Gonzalez (2020) e comparando com a literatura de Carolina Maria de Jesus, principalmente de "Quarto de Despejo" (1960) e "Casa de Alvenaria" (1961), é possível perceber diferentes vivências durante esse período de "experiência democrática". Ao descrever seu cotidiano e denunciar a realidade em que vivia em seus diários, Carolina Maria de Jesus "escreve-se inscre-vivendo-se" (Conceição Evaristo, 2026), retratando um "Brasil" que vivia na lama, na sujeira e na podridão, marcada pela fome, miséria, exclusão e marginalização de "negros-favelados". Com isso, os "anos dourados" pertenciam a um grupo bastante específico da sociedade: a classe média brasileira, majoritariamente, branca.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; Escrevivências; Anos Dourados; Experiência democrática; História e Literatura.

[13] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal da Paraíba (UFPB). joaopaulo.prof.hist@gmail.com

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário